

Guarujá - SP  
Peruíbe

190				
			1691	

Impasse

# Disputa de terra amplia o conflito entre índios

## Funai quer dividir a área da aldeia em duas partes

CARLOS RATTON  
Da Sucursal

O impasse criado na semana passada entre os dois grupos de índios rivais da Aldeia Bananal, localizada a 18 quilômetros do centro de Perúbe, ainda está longe de uma solução.

Até a última quinta-feira, a rivalidade — que ocasionou a expulsão do cacique Davi Honório Cardoso e 18 famílias, pelo grupo liderado pelo também cacique João Gomes — tinha como principal ponto de discórdia a posição de Davi em impor a religião evangélica na aldeia. Ontem, uma nova questão foi adicionada ao embate: a disputa pelos 200 alqueires de terra da reserva.

Na reunião realizada na parte da manhã, no Centro de Convenções de Perúbe, com o cacique Davi Cardoso e seu grupo, o administrador regional da Funai, Rômulo Siqueira de Sá, disse que, na próxima segunda-feira uma equipe de agrimensores do órgão virá para Perúbe para providenciar a divisão da reserva de 200 alqueires em duas partes, sendo que uma ficará sob o comando de Davi Cardoso e a outra de João Gomes.

Embora estivesse sendo esperada, a procuradora da República, Caroline Maciel da Costa, não participou das negociações. Mas, segundo Rômulo, a procuradora disse ao cacique João Gomes, na última visita que fez à aldeia, que vai enviar a Polí-

cia Federal para avaliar o que restou das três imóveis incendiados, inclusive a igreja evangélica, e vai pedir a punição dos responsáveis pela destruição.

Rômulo de Sá também prometeu aos índios que enviará um ofício à Funai, em Brasília, pedindo uma verba para comprar mantimentos para as 18 famílias que foram expulsas da Aldeia Bananal, até o retorno à reserva, que ainda não tem data prevista para acontecer. “Vou acionar também a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para que seja construído um posto de saúde e até mesmo uma escola na área destinada ao grupo de Davi”.

**Divisão** — Embora o administrador tenha dito que a divisão das terras foi aceita pelo grupo de João Gomes, os índios que acompanhavam o cacique Davi Cardoso estavam bastante exaltados e só concordam com a divisão se ela tiver critérios igualitários.

“Não é justo dividir as terras em duas partes, 100 alqueires para cada lado, pois o nosso grupo tem maior número de famílias, enquanto que, do outro, só existe a família de João Gomes”, disse o índio Amâncio Samuel.

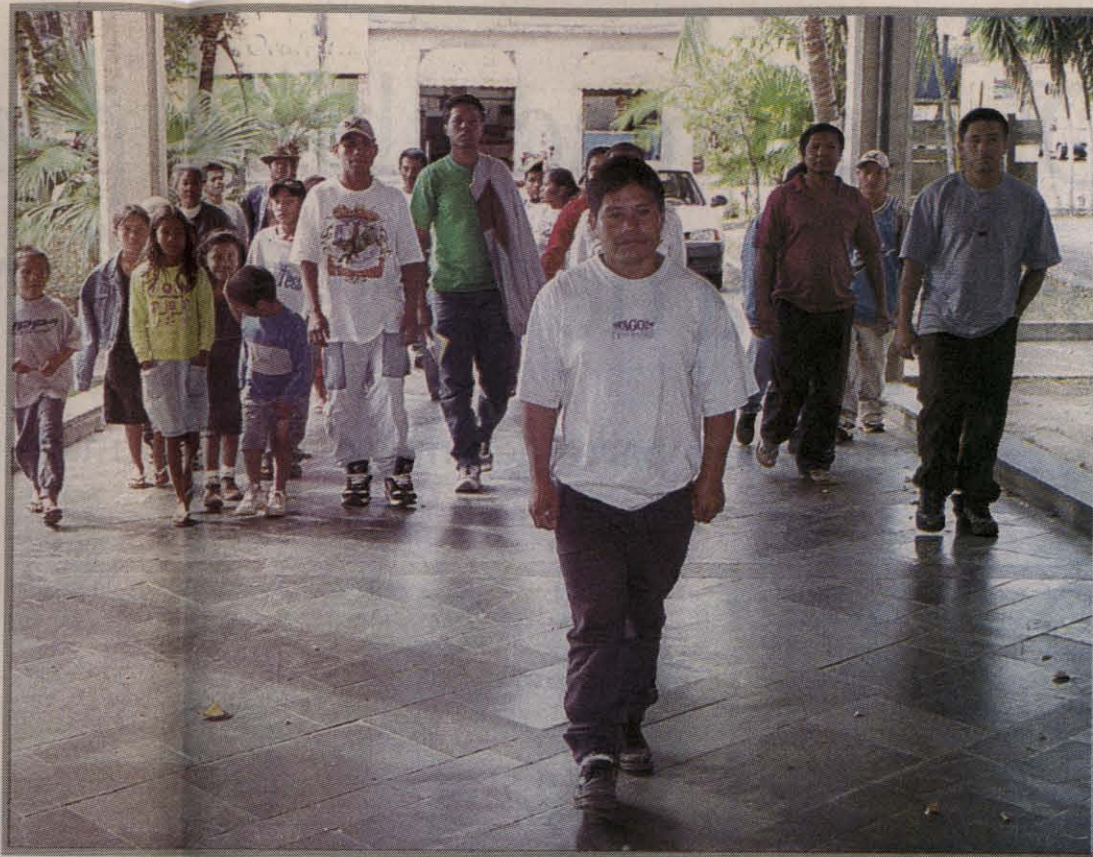
Os índios também se recusam a voltar para a reserva, sem o apoio da polícia. “A solução imediata seria tirar os cinco filhos de João Gomes da aldeia, pois são eles que são violentos e não vão se conformar em dividir

as terras de forma igual para todos. Se a Funai não tomar uma atitude, com apoio da polícia, na próxima semana nós vamos voltar à aldeia para resolver a questão com as próprias mãos”, disse Samuel.

Até o final da tarde de ontem, o administrador regional não havia definido um lugar para acomodar as 18 famílias que saíram da Aldeia Bananal, e que permanecem alojadas na casa do ex-chefe do órgão, José Maurino Kirsten. Rômulo disse que tentaria conseguir uma verba para compra de alimentos, mas que a Funai não tinha um local para abrigar as famílias. “O que eu poço garantir é que, se necessário, pedirei apoio policial para que não haja novos conflitos, no dia marcado para o retorno à aldeia”.

**Confronto** — O embate entre os dois grupos Tupi-Guaranis ocorreu na noite do último dia 23, quando o grupo liderado pelo cacique João Gomes expulsou o cacique Davi Honório e 18 famílias da Aldeia Bananal, culminando com o incêndio de três imóveis e agressões físicas.

Segundo João Gomes, o conflito foi originado pela decisão de Davi Cardoso, de impor a religião evangélica na aldeia. Dizendo-se o legítimo cacique da Bananal, João Gomes acredita que a religião vem destruindo a cultura e tradição da tribo e, por isso, não aceita o rival continue realizando o trabalho religioso junto aos índios.



Os índios expulsos da aldeia estiveram no Centro de Convenções para ouvir explicações da Funai

## Chefe do Posto da Funai recebe críticas

A funcionária da Funasa, Maria Lúcia Oliveira Kirsten, mulher do ex-chefe da Regional da Funai, José Maurino Kirsten, enviou, ontem, um ofício ao presidente do órgão em Brasília, Clénio da Rocha Alvarez, pedindo imediatas providências para resolver a situação das 18 famílias expulsas da Aldeia Bananal.

No documento, ela informa que os índios foram pedir abrigo em sua casa, porque há mais de 60 dias o atual chefe do posto da Funai, Aurindo Januário, não aparecia na reserva. O grupo de Davi acredita que esse é um dos motivos que levaram o grupo de João Gomes a tentar retomar o comando da aldeia.

Maria Lúcia afirma que as famílias estão sobrevivendo de doações de igrejas, das prefeituras de Santos e São Vicente, da

Cruz Vermelha de Guarujá e da própria população de Perúbe.

A funcionária da Funasa explica, no documento, que no último dia 26, ela, seu marido e os índios foram surpreendidos por Aurindo e pelo funcionário da Administração Regional da Funai, Gilberto do Amaral, acompanhados de policiais militares, que foram à sua residência com um guincho apenas para retirar duas viaturas da Funai.

“Os índios questionaram com os servidores, mas eles informaram que a situação seria resolvida em outra ocasião. Inconformados, os índios manifestaram revolta que logo foi minimizada sob a ameaça das metralhadoras dos policiais”.

Lúcia revela que o atual administrador não vem mantendo contato direto com os índios e que as conversas são feitas

por telefone e, mesmo assim, por intermédio de assessores. “Sinto-me revoltada com tamanha humilhação que a Administração de Bauru nos tratou juntamente com as famílias e pelo desprezo com que vem sendo tratada a população indígena do Litoral Sul”.

Na reunião de ontem, o chefe do posto da Funai, Aurindo Januário, disse ter recebido ordens para reaver os veículos do órgão. “Eu fui na casa de Maurino com um ofício. Nunca fui procurado pelo grupo de Davi para dar ciência do meu trabalho. Venho acompanhando todo o caso e já tomei providências junto à Delegacia, Polícia Federal e Procuradoria da República. Se os índios não conhecem meu trabalho, eu não posso fazer nada. Deixem eu mostrar meu trabalho para depois me criticar”.